



INSTITUTO LATINOAMERICANO  
DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

ILAESE

Formação para a ação

www.ilaese.org.br

Luto em homenagem a José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva e Heremilton Pereira dos Santos, ativistas da luta pela terra e pela causa ambiental assassinados em 24 e 28 de maio de 2011, em Nova Ipixuna, Pará.

# CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo clássico e movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 01, Nº 02 - 03

## O novo Código Florestal, o Agronegócio e a Recolonização do Brasil

*Novo Código Florestal tem como objetivo converter 42 milhões de hectares de Áreas de Preservação Ambiental em terras agricultáveis, área equivalente a quase duas vezes o estado de São Paulo. O novo código reforça o caráter colonial da economia brasileira.*

No dia 24 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou o novo Código Florestal. Agora, a proposta vai para o Senado e depois para avaliação da Presidência da República.

Após a sua aprovação, muito se falou sobre a “derrota” do governo e as propinas e cargos que foram distribuídos.

No entanto, pouco se fala sobre o significado da mudança do Código Florestal: **a flexibilização das leis ambientais e de uso do solo para garantir que o agronegócio expanda a área agricultável do Brasil e domine a produção de alimentos do planeta, tornando o país o “celeiro do mundo”, o**

**maior fornecedor de alimentos do mundo.**

Entre os grandes exportadores de alimentos do mundo (EUA, Europa e Brasil), nosso país é o único que ainda dispõe de terras agriculturáveis ainda sem uso.

Para se ter uma ideia, as terras agricultáveis na Europa ocupam 120 milhões de hectares e já não se tem mais margem para sua ampliação.

O Brasil, por sua vez, dispõe de 388 milhões de hectares.

Com o novo Código, mais 42 milhões de hectares seriam usados para exploração comercial do solo brasileiro, condição para o agronegócio no país dominar a produção mundial de alimentos.

### O que muda com o novo código?

- Perdão ao agronegócio por utilizar 20 milhões de hectares em áreas proibidas, tais como margens de rios, morros e várzeas.
- Desobriga o agronegócio a recompor a mata nativa entre 20% e 80% das suas terras.
- Diminuição de 30 para 15 metros a proteção das margens de rios. O novo código também anistia quem desmatou e isenta pequenos e médios produtores a preservar mata nativa.
- Na prática, acaba com as Áreas de Preservação Permanente (topos de morros, encostas, margens de rios, mangues, restingas), abrindo mais 22 milhões de hectares para exploração comercial do solo brasileiro.

# Um novo Código Florestal, um novo país: o Brasil como “celeiro do mundo”

O primeiro salto do agronegócio brasileiro, sob os dois mandatos de Lula, resultou na destruição do Cerrado brasileiro e agora necessita de espaço para avançar ainda mais na Floresta Amazônica. A sequência dessa ocupação já é conhecida por todos: primeiro vêm as madeiras, depois os pecuaristas e depois a soja e outras monoculturas.

Vamos entrar no segundo momento da destruição ambiental para servir aos propósitos da exploração imperialista do Brasil.

O Brasil se transformará em um mar de soja, de cana-de-açúcar e de gado, um mar de monoculturas para exportação.

## Um novo campo para poucos

O campo brasileiro passou por grandes transformações produtivas nos últimos 20 anos: da pequena produção familiar voltada para o abastecimento interno para a grande produção do agronegócio voltado para a exportação de monoculturas.

Isso elevou a

produtividade do trabalho a níveis muito altos e, proporcionalmente, pouca absorção de trabalhadores, já que extensas plantações e colheitas são realizadas a base de maquinário moderno. E esse modelo permitiu um salto na

produtividade do trabalho: enquanto a produtividade da agricultura familiar é de 1 tonelada por trabalhador ao ano, a produtividade da grande empresa capitalista do campo é

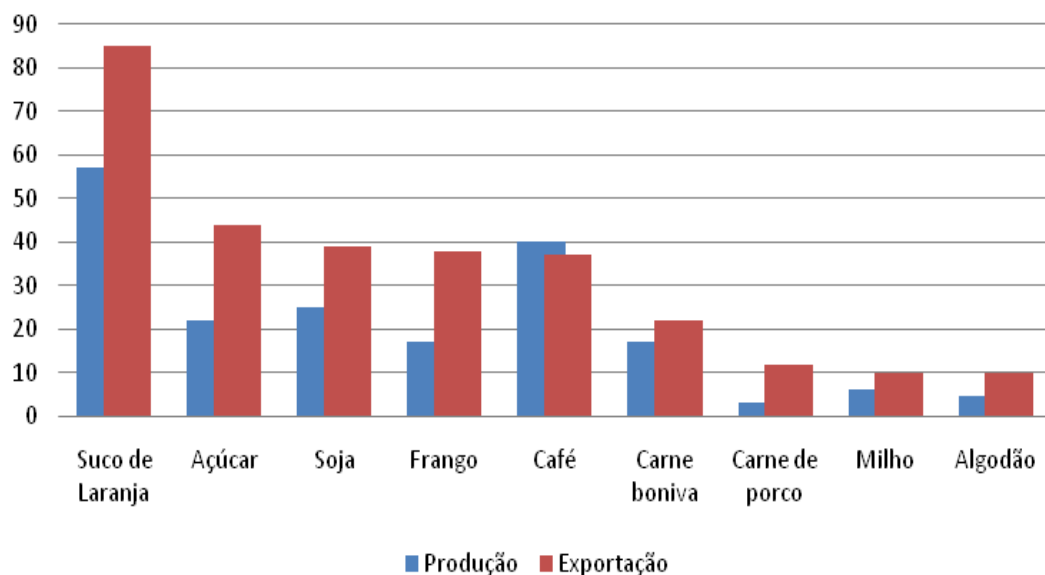
de 01 mil toneladas por trabalhador ao ano! (Marc DUFUMIER, *Agricultura e Desenvolvimento Sustentável*. Edusp).

O Agronegócio no Brasil assumiu um peso importante na produção nacional e representa 25% do PIB do Brasil, ocupa 16% da força de trabalho brasileira e já representa 36% das exportações do país. Junto com o minério de ferro, é responsável por todo o

superávit comercial com o estrangeiro.

Durante o governo Lula, o agronegócio se converteu em um setor chave para a economia do país, tornando-se uma das prioridades do Governo Lula, que injetou bilhões de dólares no setor, inclusive para converter empresas “brasileiras” do agronegócio em multinacionais, a exemplo do financiamento do grupo JBS-Friboi, que se tornou o maior frigorífico do mundo, com dinheiro do BNDES.

## Participação do Brasil em 2009 na produção e exportação agrícola mundial (em %)



Fonte: Departamento de Agricultura dos EUA.

# A volta da monocultura para exportação

**O** Brasil já é o maior exportador de carne bovina, de frango, de suco de laranja e de açúcar do mundo. A posição de destaque do país significa a sua nova inserção na divisão internacional do trabalho: **estamos retornando a uma economia com fortes traços coloniais.**

Isto é prejudicial em três aspectos: o primeiro é a destruição do meio ambiente, como já vimos.

O segundo é que depende de compradores externos de poucos produtos.

O Brasil está passando de um cenário de uma produção industrial diversificada vendida para vários países, para a produção de poucos produtos primários vendidos para poucos países compradores, principalmente a China.

Segundo o Ministério da Agricultura, quatro produtos foram responsáveis por 75% das exportações do campo brasileiro em 2009: soja (26%), carnes (18%), açúcar (15%) e etanol (15%).

O terceiro é a inflação dos alimentos. A economia dependente de

exportações de matérias primas e alimentos é prejudicial aos trabalhadores: comparando os preços de dezembro de 2009 com os de dezembro de 2010, houve uma alta de 37% para o café, de 34% para a carne bovina, de 29% para o óleo de soja, de 27% para o milho e de 25% para o

açúcar, produtos onde o Brasil já é grande exportador.

A inflação interna está sendo determinada pelos preços internacionais das matérias primas, que, por sua vez, são determinados por especuladores internacionais.

## A reprimarização da economia brasileira

Com a introdução da agenda neoliberal no mundo, se forjou uma nova divisão internacional do trabalho, onde o Brasil, pela sua grande extensão de terras agriculturáveis e uma produção agropecuária moderna, se tornou grande produtor de alimentos e de matérias-primas.

Esta nova localização do Brasil está gerando

uma modificação estrutural na economia brasileira, onde os produtos primários estão assumindo a liderança em detrimento dos produtos industriais.

O gráfico abaixo demonstra esta mudança.

Veja que esta tendência se tornou determinante sob o governo Lula.

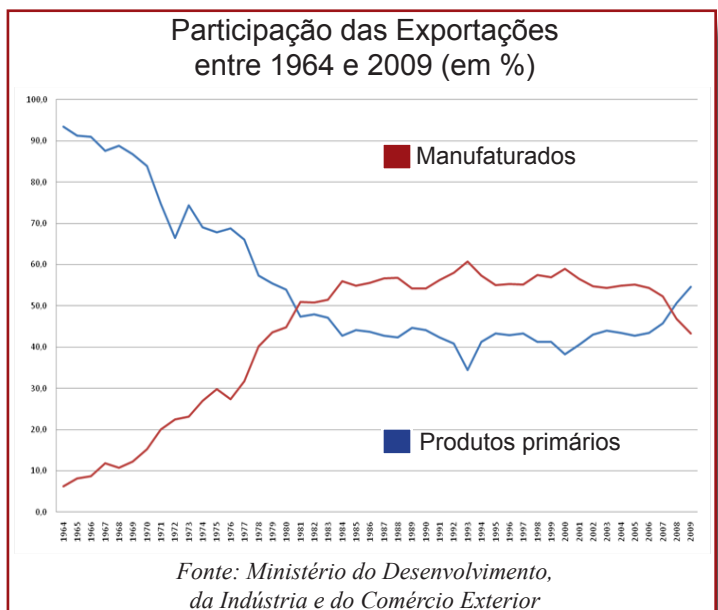
Pode-se perceber que, após um período de intensa industrialização até os anos 70 e sua estagnação nos anos 80 e 90, o país se reprimariza nos anos 2000. Finalmente, em 2008, a exportação de matérias primas (alimentos e minérios)

volta a ser dominante no país.

Isso significa um processo de recolonização do Brasil. Este processo, ao contrário do passado, agora conta com o apoio de setores industriais que utilizam alta tecnologia, como a agroindústria, a mineração e a petroquímica.

A recolonização também se expressa no domínio das multinacionais que compraram boa parte do agronegócio brasileiro. Há 10 anos, grande parte das empresas era familiar. Agora, abriu seu capital na Bolsa de Valores e suas ações foram, na sua maioria, compradas por investidores estrangeiros.

*Desde 2007, os produtos primários são maioria nas exportações*



# Governo Lula, Latifúndio e Mortes no Campo

**D**epois de oito anos de governo Lula, o latifúndio se manteve intacto. O Brasil é o segundo país do mundo em concentração de propriedade da terra, só perdendo para o Paraguai, segundo o Censo Agropecuario de 1996 do IBGE.

A morte de trabalhadores rurais no Brasil tem a ver com o

avanço do agronegócio, que expropria o pequeno agricultor.

Os recentes assassinatos de lutadores pela terra no Pará e a declaração da Secretária Especial de Governo dizendo que não tem como proteger a vida dos trabalhadores ameaçados pelo agrone-

gócio revela o verdadeiro papel do governo do PT: se uniu com o latifúndio contra a reforma agrária, com o agronegócio multinacional contra o pequeno agricultor, com os usineiros contra os canavieiros, com Sarney, Collor e Cartera contra a classe trabalhadora brasileira.

*No governo Lula, um trabalhador rural foi assassinado a cada 10 dias*

No mandato de Lula, um trabalhador rural foi assassinado a cada 10 dias em média, segundo relatório da CPT de abril de 2011.

O PT e a CUT são cúmplices destes assassinatos, pois enquanto fecham acordos com latifundiários e o agronegócio para governar o Brasil,

fazem vista grossa aos crimes que acontecem diariamente no país.

## Financiamento de campanhas

Em retribuição pelos serviços prestados pelo governo do PT, o agronegócio brasileiro foi magnânimo nas contribuições para a campanha da Dilma em 2010: segundo o TSE, o setor do Agronegócio e Indústria de Alimentos doou R\$ 45.834.700,00 para a campanha da Dilma e representou 17,4% do total da arrecadação.

O PCdoB nacional e a campanha de Aldo Rebelo em 2010 receberam R\$ 1.368.980,00 do agronegócio.

O agronegócio retribuiu de forma milionária os serviços prestados pelo PT e pelo PCdoB ●

## Quanto custa Aldo Rebelo (PCdoB)?

Veja abaixo as empresas do agronegócio que financiaram o PCdoB e o relator do Código Florestal nas eleições de 2010 (em R\$)

Cristal Destilaria de Álcool	500 mil
Santa Cândida Açúcar e Álcool	250 mil
Bunge Fertilizantes	70 mil
Golden Leaf Tobacco	60 mil
Suzano Papel e Celulose	50 mil
Usina São Martinho	50 mil
Amaggi (soja)	17 mil

Fonte: TSE.

## Uma ampla campanha para derrotar o novo Código Florestal

É impossível enfrentar o agronegócio sem enfrentar o governo Dilma que o incentiva e protege. Faz-se necessário a união de todos os movimentos sociais e ambientais para derrotar o novo Código Florestal.

ASSINE

**CONTRA-CORRENTE**

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Assinatura Anual (24 edições): 5 x R\$ 200  
Assinatura Semestral (12 edições): 3 x R\$ 200  
Assinatura Trimestral (06 edições): 2 x R\$ 200

## EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Responsável por esta edição: Nazareno Godeiro. Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - [ilaese@ilaese.org.br](mailto:ilaese@ilaese.org.br) - [www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br)